

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ATIVIDADES DE EXTRAÇÃO DE QUARTIZITO NA FAZENDA TAQUARAL - QUESTÕES QUE ENVOLVEM O PROBLEMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E MINERAL, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2010

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e dez, deu-se início à vigésima terceira Audiência Pública no Plenário desta Casa, referente às Atividades de Extração de Quartzito na Fazenda Taquaral - Questões que envolvem o problema de Regularização Ambiental e Mineral, sob a Presidência do Vereador Júlio Pimenta. Vereador Júlio Pimenta, Presidente: ""Boa tarde a todos. Vamos dar início à nossa vigésima terceira Audiência Pública realizada pela Câmara Municipal de Ouro Preto desse ano de dois mil e dez. Tivemos outras Audiências de vários assuntos e hoje teremos a vigésima, que vai tratar atividades da extração de quartzito na Fazenda Taquaral. Questões que envolvem o programa de regularização ambiental e mineral. Nós temos também presentes aqui outros representantes de outras lavras; também aqui conosco nada impede que possamos também estender aproveitando a presença aqui das autoridades e dos convidados para que possamos estender para outras lavras, também além da Fazenda Taquaral. Eu queria já registrar a presença do Vice-Presidente desta Casa, Vereador Luiz Gonzaga, e da Vereadora Regina Braga. Agradecer a presença de todos na Câmara Municipal e vamos convidar. Peço apoio da Secretaria para que auxiliar a entrar neste Plenário representado o Prefeito Municipal de Ouro Preto, o senhor Ronald Guerra, Secretário Municipal de Ambiente, senhor Ronald; o senhor Luiz Henrique Passos, representando o senhor Sérgio Augusto Damásio Souza, Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM. Bem vindo a esta Casa, Luiz. Obrigado Luiz pela presença, agradecendo desde já a presença do senhor Sérgio Augusto. Convidar o senhor André Sampaio Santos, Presidente da Coopedras, Cooperativa de Mineração da Fazenda Taquaral. Nós vamos convidar também para nos auxiliar nas questões técnicas e jurídicas, doutor César Augusto Elias Alves e doutor Flaicson Cleiton, Fiscal de Gomes, são os advogados da Coopedras, vêm nos auxiliar. Convidar também os Presidentes da Cooperativa da Fazenda Sampaio, extração de quartzito, senhor José Marcelino Rocha. Nós registramos a presença também, se quiser pode até fazer parte aqui conosco também sobre o assunto do Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores da Pedreira Santa Efigênia de Antônio Pereira, o senhor Sérgio Edmar Ferreira, por favor Sérgio. Nós registramos a presença do senhor Nilton de Jesus, Vice-Presidente da Coopsefe, que é Cooperativa de Trabalhadores da Pedreira de Santa Efigênia, Antônio Pereira; a representante da Diretora da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, senhora Josefa Monteiro. E os demais amigos, proprietários de lavras de pedreiras, trabalhadores dessa extração mineral, sejam todos bem vindos à Câmara Municipal de Ouro Preto. Companheiro Guilherme Bento e também, agora, José Geraldo e lá Associação da Barra também Zé, presente aqui conosco. Os demais companheiros Zé Miguel, o pessoal da família Sampaio, sejam todos bem vindos; os demais Novais, o pessoal do Passos, obrigado a todos pela presença. Nós vamos dar início a essa reunião. Vamos inicialmente, podemos começar com uma explanação dos problemas encontrados. Nós vamos iniciar, os Vereadores, aqui começar com o histórico do que gerou essa Audiência Pública, para que todos possamos inteirar dos assuntos e depois passamos para os demais. Quem poderia falar, poderia ser o Carlos: então Carlos, desculpa, é o André, André Sampaio nosso amigo, Presidente da Cooperativa poderia falar então ou dar uma explanada dos problemas, para que a gente possa dar os encaminhamentos. Com a palavra André Sampaio, que nós carinhosamente chamamos de Cebola."" André Sampaio, Presidente da Coopedras: "Boa Noite a todos presentes, mais uma vez nessa Casa, para ver se a gente consegue alguma coisa para o nosso problema. Bom, o nosso problema começou pelo seguinte." Presidente: ""André. Só um minutinho, só antes de dar continuidade, registrar que convidamos também doutor Ronaldo de Assis Crawford da Quarta Promotoria de Justiça, da Comarca de Ouro Preto, também a Defesa do Meio Ambiente; até o momento não justificou a ausência e nem está presente. A Senhora Sheila Samartine Gonçalves, é que Superintendente da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SUPRAM, até o momento também não justificou e nem compareceu. Doutora Míriam do Rosário Moreira Lima e Doutora Zanier Cajueiro Tobias de Souza, que é Procuradora da República de Minas Gerais, Tutela Coletiva Cível de Meio Ambiente e Patrimônio

Cultural, também não está presente. O professor doutor João Luiz Martins, Reitor da UFOP; a senhora Dulce Maria Pereira, Coordenadora da Agenda Vinte e Um local de Ouro Preto e Mariana, e o Senhor Geraldo Augustinho Ferreira, que é Presidente da Associação Flores nas Pedras Camarinhas. Então foram convidados também para, infelizmente, até o momento não compareceram e nem justificaram a ausência." André Sampaio: ""A Pedreira Taquaral está há mais ou menos sessenta anos com minha família, e de uns dez anos para cá começou a denúncia com a quartzito. O Brasil começou a denunciar que a gente não tinha direito de pesquisa, não tinha licença ambiental e tal e por aí vai; e ele e a quartzito do Brasil, era detentora desse direito de pesquisa. Tentamos um acordo, não teve acordo porque o acordo que eles queriam não era viável para a gente, e desde cá começaram as denúncias e até agora presente, que ficamos embargados. Hoje, o que nós já temos, nós já temos, já protocolamos quase todos os documentos necessários para essa regularização, e gostaríamos que DNPM, SUPRAM, e como SUPRAM não está presente, que desse uma posição para a gente, se tem como fazer um TAC ou se não, tem ou desse um note para a gente saber se a gente vai poder voltar a trabalhar, porque a situação nossa está difícil, mais ou menos é isso mesmo, gente." Presidente: ""É só para o pessoal entender: nós tivemos, foi no dia vinte e um ou vinte dois de abril? Vinte e um, vinte de abril, uma operação aqui da Polícia Federal, uma mega operação, parecia que tinha, que estava acontecendo uma fuga em massa de um presídio ou alguma coisa desse nível, e pegou até todos de surpresa. Achávamos até que era por causa do Vinte e Um de Abril, que temos festividades todo ano que vem o Governador. Então veio a Polícia Federal, aquela quantidade de Polícia e, infelizmente, também são agentes mandados e orientados, mas a forma como abordaram as pessoas na Pedreira foi exagerada, exacerbada, que não estão lidando com bandidos, né com trabalhadores, pessoas honradas que nos conhecemos a idoneidade. A partir daí tivemos vários problemas, alguns foram presos, ficaram inclusive no Presídio Nelson Hungria, que é um local onde fica bandido e na situação complicada muitas vezes até incomunicável, a Câmara até tentou colaborar e ajudar na liberação desses trabalhadores, tivemos que seus advogados recorrerem ao Juiz, para poder conseguir sua soltura, demorou um tempo que até o Juiz despachar, analisar, fizemos até um documento pela Câmara, um documento pela Prefeitura e os outros órgãos, atestando a idoneidade e a progressa boa dessas pessoas mas, o processo continua e paralelo a isso, nosso objetivo aqui hoje é tentar verificar a situação de cada um, pessoal e no caso da Cooperativa para poder apoiar, fazer a interlocução dessa licença ambiental, onde que pode ainda estar pendente, o quê está faltando para poder regularizar, porque nós sabemos que o desejo de todos é regularização, trabalhar dentro das normas, dentro do regulamento dos órgãos ambientais, e para isso nós pedimos Audiência Pública com os órgãos envolvidos, para que possamos discutir, conversar, dar os encaminhamentos necessários, nesse sentido de atendimento à legislação vigente. Nós sabemos que nenhum da Pedreira quer trabalhar irregularmente ou contrariando as normas da legislação, mas eles também querem um posicionamento e mais agilidade na análise desse processo. Não é isso, vou passar a palavra seguinte para o Secretário de Meio Ambiente, Ronald Guerra, o Roninho, posso dar as primeiras considerações a falar um pouco sobre esse assunto. Está sem som... agora tem." Ronald Guerra: ""Cumprimento o Presidente da Câmara Júlio Pimenta, cumprimento todos aqui, através deste cumprimento, a todos presentes. O Prefeito Ângelo Osvaldo solicitou que eu estivesse representado a Prefeitura, já algumas vezes reunimos com pessoal do Taquaral, o André várias vezes já nos reunimos na busca de uma solução desse problema, não é uma solução simples, envolve muitas questões é já temos alguns trabalhos desenvolvidos aqui em Ouro Preto, também ligados em relação a processos extrativistas em outras regiões, e alguns casos com um avanço melhor, mas no caso lá da extração de quartzito Taquaral ainda pouco avançamos. Há pouco tempo, acho que não tem um mês e meio, dois meses nós fizemos uma reunião com todos os extratores, até com a presença com representante da Associação Mineira de Desenvolvimento Ambiental da AMDA, que o Chico Mourão e a própria AMDA tem se prontificado em auxiliar os proprietários, mais na parte que concerne a regularização ambiental da propriedade, por que eles estão desenvolvendo um trabalho na região e tem interesse disso e regularização faz parte do processo do licenciamento, medidas que seriam as compensações que o empreendedor tem que fazer para garantir também a manutenção do seu negócio. Conversamos com Sampaio, vamos colocar assim porque é um grupo, é a Cooperativa, conversamos com outros empreendedores e estamos em andamento com essa discussão, mas não se consegue resolver e avançar muito senão achar o caminho aí dessa crise, vamos dizer foi causada pela fiscalização da Polícia Federal. Já mais tempo atrás, também já tivemos um encontro com o vice Presidente da

FEAM, na busca de fazer um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, eu mesmo fui com os representantes tanto da cooperativa dos tratores como dos proprietários, mas naquela época também isso não avançou muito, inclui até alterou pouco, porque alguns TACs que foram feitos através da FEAM é para que se pudesse dar continuação a exploração com essa denúncia da Polícia Federal, passaram a ser um problema, porque o DNPM e a Polícia Federal não concederam um TAC feito pelo Estado poderia resolver esta questão, tanto que a fiscalização nem foi estadual, ela foi federal nesse sentido, é o que eu tenho para colocar aqui. Nós estamos a disposição com a Secretaria para tentarmos construir um processo em comum e está aqui presente a Josefa, ela é Diretora da Secretaria, é Geóloga, tem uma experiência, tem trabalhado com outros projetos nessa área eu coloco todo corpo técnico, eu tenho engenheiro florestal, toda uma estrutura da Secretaria para apoiar, mas a gente sabe que o maior impasse é que se...desenvolver os estudos ambientais fazer o processo de licenciamento no âmbito estadual e as regularizações em relação a questão DNPM, que o representante aqui vai estar colocando. E aí eu vou citar um exemplo que eu acho que vale como exemplo, temos conversado também até o André já participou em reunião com o Centro de Tecnologia da Mineração. Já vínhamos conversado com o DNPM através do Ivan, para buscarmos esse envolvimento com o CETEI e do DNPM, o Ivan já se prontificou junto com o grupo do Taquaral. E o exemplo é o trabalho que nós estamos fazendo com a pedra sabão, que muito contamos com o apoio de discussão que partiram de uma Audiência Pública aqui da Câmara, naquela época por causa de denúncias que estavam ligadas a questões da insalubridade, do trabalho da pedra sabão e a questão com...voltada para o trabalho infantil e temos desenvolvido um trabalho na região da Mata dos Palmitos. Então eu estou citando isso porque este trabalho da Mata dos Palmitos, pode ser uma referência para que a gente possa conseguir uma solução em comum também para o Taquaral, e na Mata dos Palmitos nós inauguramos uma oficina piloto de beneficiamento limpo da pedra sabão, onde eles podem fazer sem danos à saúde do trabalhador e sem também causar impactos, com um sistema fechado onde que não se causa impactos ambientais. Então acho que um avanço muito grande, a mediada que a gente conseguiu, isso só foi fruto de se estabelecer parcerias com várias instituições, nós tivemos uma parceria, temos uma parceria junto com a UFOP, uma parceria bem consistente com o IFMG, que esta está desenvolvendo um curso de capacitação que já vai iniciar, é continuada, quer dizer todo ano vai ser dado como atividade oficial do IFMG, grande parte das aulas vão ser dadas lá na Mata dos Palmitos, construímos o galpão de beneficiamento, fizemos a inauguração lá, foram adquiridas máquinas com tecnologias adaptadas para o beneficiamento disso e estamos na regularização. Eu só queria colocar que é tão complexo, porque assim todos esses processos levam tempo para também acontecer... não começou isso a um mês ou dois ou seis meses atrás, a gente pode dizer que a gente está conversado sobre esse projeto da Mata dos Palmitos, diretamente a gente já vem conversando a uns três anos em execução a dois anos e ainda estamos cada vez resolvendo passo a passo essa questão. A fase em que vamos entrar agora é de operação do galpão com as máquinas que já estão lá, voltar para o artesanato mas também a regularização da extração da pedra sabão na região da Mata dos Palmitos. A extração porque você não pode fomentar uma atividade do porte que é essa sem que a origem seja legal, quer dizer de onde vem a pedra sabão tem que estar adequadamente com a legislação, então é esse trabalho que a gente está fazendo, sempre contando com um diálogo com Ministério Público também, e é esse tipo de trabalho que a secretária do Meio Ambiente pode auxiliar. É, eu considero que nessa fase a gente fica quase que naquela conversa, em uma sinuca de bico não sabe para onde vai, porque está tentando ainda definir caminhos, então às vezes avança um pouquinho, conversa ali, volta pra trás, avança um pouquinho com outra instituição volta para trás. Mas acho que agora está no momento de avançar mesmo, avançar com um desenho de parceria, fortalecer essas parcerias o DNPM, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, o CETEM, a Câmara que já aqui presente com esse trabalho para que a gente possa avançar, o mesmo eu tomo como exemplo: a gente sabe a questão a situação da Associação de Extração de Pedra de Calcário, lá de Antônio Pereira e sabe a dificuldade que eles estão para conseguir fazer um de regularização da atividades, já avançaram bastante e agora estão até esbarrando em questões que estão ligadas, até recursos para poder subsidiar os custos do licenciamento, então e assim, mas também é um exemplo de que vai se achado um caminho, não é complexo, não é fácil mas estamos aqui a disposição. Coloco aqui a Secretaria como nós estivemos a disposição do pessoal lá Antônio Pereira, da Mata dos Palmitos do Taquaral, do que for necessário para que a gente possa achar a solução para esses problemas." Presidente: ""Nós agradecemos, estou aqui com documentos pedir pela Cooperativa da Fazenda Taquaral, assinado pelos seus advogados e

Presidente que foi encaminhado pra Câmara, informando sobre o Processo de Regularização Ambiental e Mineral da Extração de Quartzito da Fazenda Taquaral, solicitando o apoio da Câmara pra agilidade e interlocução com órgãos pertinentes para conclusão dos mesmo. Então tem aqui o documento com todo histórico, inclusive os pedidos de licenciamento das atuações que foram feitas de pedido de pesquisa de larva, junto ao DNPM, eu vou passar a palavra para os advogados da COPEVE, para que possa entrar com mais detalhes, sobre o fundamento do processo, então quem poderia ser o primeiro? Você, os dois, um pode completar o outro, Doutor César, Doutor César Augusto Elias Alves com a palavra." César Augusto: ""Bom, primeiramente boa noite a todos, gostaria de dar os parabéns aos membros desta Casa pelo partido na ajuda quanto a Regularização da Extração de Quartzito na Fazenda Taquaral. Falar da importância de extração de quartzito na Fazenda Taquaral é quase...cada passo que nós damos em nossa cidade, nós encontramos a Pedra Quartzito Taquaral. Bom conforme já foi informado a questão muito importante que eu acho, que nos temos que levar da...é quanto a questão da operação da Polícia Federal que dos fatos gerados por essa operação." Presidente: ""Que gerou um processo, não é isso!" Advogado da Copeve: ""Sim é desse processo que vai ser desencadeado daqui para frente. Peço desculpas estou um pouco nervoso, mas não é...perdi um pouco o controle." Presidente: ""Pode ficar tranquilo, quer falar sentado?" Doutor Flaicson: ""Vou só continuar aqui a fala do Doutor César, eu sou professor universitário, então talvez eu possa conduzir um pouquinho melhor a situação. Mas o que é a questão lá Taquaral, é igual o César começou falando, é qualquer passo que você der aqui em Ouro Preto, você vai ter contato com o quartzito, que é a base da construção na cidade de Ouro Preto, essa extração de quartzito na Fazenda Taquaral ela tem uma característica artesanal e peculiar mesmo, ela envolve um grande número de extratores, pessoas que trabalham diretamente na extração da pedra, de completamente artesanal é o que aconteceu com e a última operação da Polícia Federal, essas pessoas ali com mão calejada é tentando ali ganhar o pão de cada dia, para sustentar a família e eles foram simplesmente tratados como bandidos. Nos tivemos presente na operação, a quantidade de Polícia Federal que tinha não correspondia ao número de trabalhadores, nos tínhamos praticamente uma Polícia Federal para cada trabalhador, eram cinquenta agentes da Polícia Federal, quatro, cinco delegados, quatro delegados se não me engano. Completamente armados, vieram pra fazer uma operação como se tivesse tratando com traficantes que iram recebê-los a tiros, nisso não sabemos que não acontece lá na Fazenda Taquaral. E o que é preciso ser feito? É preciso que a cidade se Ouro Preto olhe também para essas pessoas porque o que elas estão fazendo lá, é um meio de subsistência, a extração ali é um meio de subsistência, hoje o que a gente está percebendo, lá nos temos diversas pessoas desempregadas, não estão conseguindo manter a própria família, a própria dívida, que foi acumulada dentro daquelas extrações, ela vem onerando eles, e o que que a gente precisa fazer é tentar achar uma solução mais rápido possível. O processo de licença ambiental, o processo de regularização minerária é demorado mais a gente tem meios legais para que isso ande um pouco mais rápido, uma comunicação, o próprio evento que está acontecendo aqui agora essa Audiência Pública, ela é expressão disso tudo, e o que que a gente pretende, é essa comunicação com os órgãos, a presença do Doutor Luiz Henrique aqui do DNPM, infelizmente não veio nenhum representante da Supram ou Ministério Público Federal ou no caso do Doutor Ronaldo também do Ministério Público Estadual, mas a presença de todos seria importante por que através de uma comunicação entre todos, a gente poderia chegar a um resultado rápido, um resultado rápido e favorável para essas pessoas, é numa...dentro dessa experiência que a gente tem já nesses processos de regularização, a gente percebe essa comunicação é a base da tudo, é entrar em contato com o Ministério Público, é fundamental para que a gente alcance esse resultado, porque todo processo já foi instaurado, as denúncias já estão preparadas, alguns já foram inclusive denunciados e a gente fazer essa precisa defesa deles e o apoio da população justamente para mostrar que aquelas pessoas são trabalhadoras não são criminosas é fundamental, é eu sou professor universitário dou aula inclusive de direitos ligados a propriedade, tem até um artigo do Código Civil, um Código recente, de dois mil e dois ele inaugura uma parte lá falando que a propriedade ela deve ser exercida com suas funções sociais econômicas e ambientais. Só o que que acontece as pessoas tem feito uma interpretação de que o interesse ambiental deve prevalecer sobre todos os demais e não está, sou eu, são os indivíduos são as pessoas que tem direito ao meio ambiente, não é o meio ambiente que tem direito, eu é tenho direito ao meio ambiente. Agora esse direito é meu ao meio ambiente do colega, de todos os demais, da universalidade, dos indivíduos, não deve prevalecer sobre o interesse de subsistência de uma comunidade de uma população ali, que depende

daquilo ali e nós sabemos que tem como fazer isso dali, e nos sabemos que tem como eu fazer uma extração, degradar o meio ambiente, porque acaba tendo que fazer isso não tem como eu extrair um minério sem degradar o meio ambiente, mas tem como eu tomar ações, fazer ações, para fazer uma compensação, e se a gente verificar na Fazenda Taquaral, dentro da defesa que a gente estava montando justamente por esse processo, o quê que eu tomei cuidado, eu tomei cuidado de tirar uma foto de satélite da Fazenda Taquaral, englobando toda área ali da extração, com os diversos pontos de extração, alguns pontos, algumas clareiras, é a parte em torno de mata ainda bem conservada e fiz comparação com a mina de alegria, uma imagem da Fazenda Taquaral para que eu montasse só a cava da mina da alegria, eu gastei nove imagens para a cava de alegria, e na mina Taquaral, na extração Taquaral eu gastei uma imagem. E essas pessoas sendo tratadas da forma que estão sendo tratadas, é um completo absurdo é uma violação completa a dignidade dessas pessoas, e nós precisamos de força, de união mesmo para que a gente alcance um resultado favorável a elas, por que não podemos, ficar parados esperando essas pessoas passarem fome necessidades, não precisamos de um resultado rápido. Então assim gostaria de contar com o apoio de todos, infelizmente as autoridades que deveriam estar presentes aqui, as principais que eu acredito que realmente irão fazer a diferença entre condená-los e absorvê-los não estão presentes, mas eu tenho certeza de que os que estão aqui vão vestir essa camisa para ir em luta com a gente, está bom muito obrigado."Presidente: ""Então vamos ouvir aqui ó...só para dizer aqui então pra clarear um pouco mais pro...Doutor Luiz Henrique esta aqui conosco, que essa extração de quartzito na Fazenda Taquaral de Ouro Preto Minas Gerais, ela é uma extração que já corria há muito tempo, é uma extração artesanal, que é feita pelas famílias a bastante tempo, atualmente existem onze frentes de exploração discrimináveis pelos seguinte donos de terra: Heloísa de Castro Sampaio, Maria da Conceição Mendes, Marcelo Gonçalves Sampaio, Ricardo Sampaio de Melo, Vera Lúcia Gonçalves, Maria José Pontes, Vânia Lúcia Sampaio, José Geraldo, Tiago Niquini, Davidson Lopes Lima e José Miguel de Sena. Hoje toda atividade de mineração encontra-se embargada, tendo sido autuados e fiscalizados sendo todos os superficiários entre outros partem em ações civis e criminais inclusive o recente inquérito da Polícia Federal já citado, então nos temos duas fretes, uma questão é o processo criminal é a outra questão da legalização da lavra e da exploração tanto de pesquisa como de exploração, foram anotados requerimento de alvarás de pesquisa e concessão de larva,foi protocolizado no dia vinte e sete de dois mil e seis. O processo encontrasse no DNPM, com o número oitenta e três vinte e três quarenta e seis de dois mil e seis, é o Requerimento de Ajustamento de Conduta está na superintendência da região central metropolitana de Meio ambiente de desenvolvimento sustentável SUPRAM em dois mil e oito. Ambos até hoje sem conclusão, não é isso tanto da SUPRAM quanto do DNPM. Quanto as característica da inflação autuadas destaco todas as frentes fiscalizadas vistoriadas enquadram-se no mesmo contexto fático, expressando as mesmas irregularidades conforme o relatório simplificado dos laudos de infração e fiscalização, então tem todos aqui os laudos de fiscalização. Então também quanto as ações civis e criminais, tanto na esfera comum como na esfera federal, que envolve os extratores cooperados, motivos as justificações são basicamente as mesmas para todos, tais como crime contra o meio ambiente e patrimônio genético que vem previsto na legislação tem aqui o número do código penal. Todos estão conscientes como eu disse da importância da extração mineral e da legalização. Então tanto é que eles já pediram desde dois mil e seis a liberação é estão consciente é claro das questões de recuperações do ambientais a frente ter sido tendidas ter descondicionantes, desde de vinte e seis do sete de dois mil e seis, os extratores pleitearam junto ao DMPM autorização de pesquisa e concessão de lavra. A área da fazenda engloba cento e oitenta e cinco, quarenta e quatro hectares, o processo que eu já citei o número, e o requerimento inicial tinha como titular do pedido Heloísa de Castro Sampaio e como técnico responsável senhor Jorge Luiz Oliveira da Silva, tem todos os documentos aqui anexo. O requerimento foi deferido no dia vinte de dezembro de dois mil e oito,com a consequente expedição do alvará de pesquisa, então já tem o alvará de pesquisa. Vinte de dezembro de dois mil e oito, correto, assim que o referido alvará foi publicado a titulado direito realizou a sessão do mesmo para a cooperativa de mineração da Fazenda Taquaral Coopedras, tem o CNPJ anexo,vai destacar que a parte de atividade de beneficiamentos das pedras, encontra devidamente regularizada uma vez que todas as frentes que pratica essa etapa possui a declaração de funcionamento espedido pelo órgão competente, nesse caso e os alvarás que se faz, não é isso. Foi feito também um pedido de termo de ajustamento de conduta foi protocolado junto a Supram, BH e do licenciamento ambiental. E esse terno foi...não tem a data aqui, foi feito também o pedido, o pedido foi

protocolado em no do titular em processo DMPM, assim até presente data não assinado o referido taque e nem se quer fornecido informação sobre a possibilidade do mesmo, então é uma da deliberações nos vamos tomar aqui hoje na hora em que nos entrarmos nos encaminhamentos pra fazer contato junto a Supram. Opa então Rominho já quer responder sobre o estado pelo estado o que que pode ser feito. Da formalização cooperativa respectivamente extratores e alguns trabalhadores já avançaram na grande importante meta de formalização da cooperativa, que bem representada aqui hoje pelo André. O estatuto foi aprovado em assembleia no dia primeiro de dezembro de dois mil e oito, de acordo com a cópia da ata da assembleia geral de construção em anexo, destaque da cooperativa garante seu estatuto entre as suas finalidades e manutenção da reserva, a manutenção da reserva ambiental é a recuperação das áreas degradadas, consolidando a prospecção, pesquisa e lavra sustentável das jazidas de quartzito. A nota ai também preferendo utilização dos trabalhadores vinculados a Associação Mineradora de Quartzito da Cachoeira das Andorinhas e a Cooperativa Mineradora de Quartzito da Fazenda Taquaral Sampaio, dos apoios e parcerias eles descrevem aqui, inclusive da Câmara e da prefeitura da cooperativa de trabalho mineradores, destaca aqui outros apoiadores e a conclusão que não tem dúvidas que é extração de quartzito, dado seu embargo engloba diversos fatores prejudiciais, todos nos sabemos aqui a dificuldades das famílias dos trabalhadores, atividades está como a mais importante da extração de quartzito, de pequena escala do estado de Minas Gerais, contribuído diretamente para o desenvolvimento econômico social... todos envolvidos não podendo portanto ficar a merce da autoridades locais, por que por representar o poder local deve se empenhar para garantir um de vida sustentável para as famílias. Assim diante do exposto estamos realizando esta audiência pública fomos pedidos e estamos aqui com a presença do DNPM, para que possa nos dar uma informação com relação ao processo oitocentos e trinta e dois, oitocentos e cinquenta e um. Dois mil e nove tem como titular a cooperativa, é esse o número dele, e felizmente nos temos o representante da Supram e da promotoria mistério público do estado e da promotoria geral da república, então esse é o histórico do que já foi feito é então vamos passar a palavra para o Doutor Luiz Henrique Passos, para ele poder falar um pouco sobre procedimento DNPM e sobre esse processo. "Luiz Henrique Passos: "Boa Noite a todos, gostaria de agradecer o convite de estar aqui diante de vocês eu... primeira coisa eu queria lamentar a atitude da policia a forma como foi executada essa situação, eu não queria estar na pele de nenhum de vocês, e entendo, compreendo e sei profundamente o que significa extração de pedras para as famílias que sempre dependeram disso. A já vista que todo mundo... e a mesma coisa que esta havendo no Brasil, uma coisa voltada para o meio ambiente que tem um apelo muito mediático, esse apelo mediático eu quero dizer o seguinte esse meio ambiente é igual a perna de uma mulher maravilhosa que sai em uma revista, que agente vê na rua que te chame atenção, então meio ambiente e a primeira coisa que todo mundo quer jogar na imprensa para aparecer. Eu acho que ouve um exagero e independente disso, a gente do DNPM tem tentado melhorar lá as situações para regularizar as áreas, mas de fato é sabido que essa área não era uma área regularizada, era uma área onde estava sendo extraído pedras, parece pelo histórico que está sendo colocado e não estava devidamente cobrando os impostos, essa coisa toda, eu queria esclarecer uma coisa que é interessante, acho que todo mundo precisa entender, que no país existe uma regra no estado existe uma regra, não e a regra do governo atual do governo passado do que vai vir, é uma regra que foi imposta pelo código de mineração e outra coisa que importante a gente aprender, acho que eu posso explicar aqui agora, e que o subsolo o que existe do subsolo é todos da nação é do mais pobre a o mais rico do povo brasileiro pertence esse subsolo, e ele só pode ser explorado mediante a uma concessão do estado. Essa concessão para que você tenha essa concessão você tem que cumprir algumas regras, e a mesma coisa de eu querer instalar uma linha de ônibus aqui em Ouro Preto, eu tenho que procurar a prefeitura falar que eu vou transportar que vou colocar o ônibus, vou carregar tantas pessoas, vou cobrar tanto da passagem, vou passar para a Prefeitura o for devido a ela, que se chama concessão, isso que está acontecendo. Na década de noventa no final da década de noventa com esse afã que foi construído na legislação ambiental, que a gente precisa dela, por que se não a gente já tinha acabado com também com que é nosso que é o patrimônio do estado, do estado que eu falo é do estado brasileiro, esquece essa questão de estado como Minas Gerais, um estado Brasileiro é onde a gente vive. Então é importante a gente entender isso, que com essa legislação precisou ser implantada ela vem sendo implantada, e cada vez ela vai ficando mais restritiva, que aconteceu que na década de noventa no final da década de noventa, apareceu a lei de crimes ambientais, então a verdade que mexia com mineração passou a ser criminoso, eu compactuo com a visão de que você não pode comparar quem mexe com extração

que sempre apreendeu de ofício que foi passando de pai para filho, com uma pessoa que mexe com crime que mata que rouba, que trafica que faz o tráfico de entorpecentes, não tem como isso é inconcebível na minha cabeça. Então o DNPM está tentando se melhorar, com agente lá eu entrei o Ivan entrou, vocês já devem conhecer já foi falado aqui, entrou outras pessoas, nos estamos tentando melhorar a imagem e a capacidade de atuação de DNPM e o que aconteceu não sabe se é esse excesso de denúncia, do meu entendimento o ministério público acionou a Polícia Federal é Polícia Federal teve que agir, e ela agiu dentro de ela achava que tinha ser, e tudo poderia ser conversado mas no momento foi feito e agora tem que correr atrás dessa regularização. A coisa mais importante é o seguinte é agente pode minerar praticamente em todo país só nas áreas de proteção bloqueadas de proteção integral, o que são essas áreas de proteção integral, são os parques nacionais e outras unidades de conservação natural. Existe um Parque que o pessoal tinha falado que provavelmente dentro do Parque você não vai poder, mas no entorno do parque pode desde que aja uma permissão de acordo como órgão ambiental da unidade gestora do parque, o gestor do parque vai autorizar ou não se possa ter isso. E o que está... a área já foi requerida, dentro do processo de requerimento tem dois caminhos que você precisa resolver, primeiro é parte da concessão de mineral que tem que entrar no DNPM, a outra é o ambiental só que eles se cruzam lá na frente o DNPM nunca dará o título oficial se não estiver espaldado ambientalmente, então o que está acontecendo foi feito um pedido de alvará de pesquisa, está dentro de um parque, não está dentro de um parque está na parte de fora no entorno do parque ele não pode ser um tratamento mais leve, que seria autorização ambiental de funcionamento segundo o órgão de funcionamento, ele passou a ser, ter que passar pelo processo de LP que é licença previa, depois LI que é licença de instalação depois a LO, para poder operar e para poder receber o documento do DNPM. Então o que está acontecendo é preciso antes de mais nada para o processo andar dentro do DNPM, vocês conseguirem uma licença ambiental, essa licença ambiental independe das questões do DNPM no momento atual, o que vocês precisam fazer no DNPM é entregar lá dentro na fase que vocês estão a conclusão dos trabalhos de pesquisa, e pedir e entrar logo em seguida com o plano de aproveitamento econômico chama PAE, que são os projetos da lavra que tem que ser feito, concomitantes ao mesmo tempo é preciso estar dando andamento no... você precisa da licença ambiental para quando chegar lá o DNPM ver que o pai está aprovado, quer dizer foi chegou o documento lá no DNPM que seria o caso do Jorge Luiz que vai viabilizar isso para vocês, falando como é que vai extrair, falando do tanto de pesquisa, vai aprovar tudo que aconteceu lá e fica aguardando o DNPM a chega do documento ambiental, com esse documento ambiental fecha se o processo é a portaria de lavra vai sair e vocês vão poder trabalhar, e cumprindo as condicionantes dentro do DNPM e as condicionantes ambiental seguindo o plano que tem que ser feito, teoricamente é assim que funciona. Na fase atual existe um mecanismo que você pode falar que você vai pesquisar grandes volumes, então você recebe uma guia de utilização enquanto não sai o plano, enquanto não sai a portaria de lavra que vai colocar o plano de aproveitamento econômico, mas mesmo esse projeto para você obter essa guia de utilização você precisa de uma licença ambiental." Presidente: Essa guia ela eu não entendi a diferença ela procede a uma outra forma?" Luiz Henrique Passos: "" Essa guia de utilização é o seguinte, quando você está fazendo a pesquisa a pessoa está pesquisando, aí ela quer tirar uma grande amostragem, para vender, para ver se mercado compra, aí ela fala assim: eu vou fazer uma pesquisa de grandes volumes, tirar um grande volume na verdade". Presidente: "" Criar um procedimento, um artifício." Luiz Henrique Passos: "" É um artifício que na verdade acaba virando uma pequena lavra, ela não pode ser tão grande quanto a outra mas é uma lavra, já é um documento oficial para você lavar. Mas para que isso aconteça é preciso você ser licenciado ambientalmente, você tem que ter um documento ambiental, no caso de vocês por estar entorno do parque essa licença AF não vai acontecer, que é a licença mais fácil de sair, e rapidamente vocês conseguiriam do órgão ambiental, entregando a documentação toda, essa coisa toda e agora vocês vão precisar de tirar lá de dentro uma LO, esse processo é mais moroso dentro do órgão ambiental. Então a situação que está... já aconteceu esses casos o DNPM exige licença ambiental ou equivalente, esse equivalente pode ser um taque celebrado pelo ministério público que venha escrito lá que a cooperativa tal está autorizada a operar ambientalmente até que se resolva o licenciamento tal. Mas para que isso aconteça é preciso que vocês procurem o Ministério Público mostrem a suas necessidades coloquem a verdade, mostrem como funciona, mantenha um acordo faça o que que tiver de ser feito junto com ministério público, se sensibilizar o ministério público a necessidade para que isso aconteça, esse é um caminho mais rápido, mas o caminho mais seguro de todos que deve, vocês não

podem perder o foco é conseguir a licença de operação do órgão ambiental, vocês não podem perder esse foco, fazer um bom projeto levar ao DNPM e conseguir isso. Eu se fosse...se estivesse na situação de vocês, entendo que é muito difícil, eu tentaria o melhor acordo possível dentro disso, para que a coisa funcionasse dentro dessa questão do taque com o mistério público, e mas não pode perder em nenhum momento o foco de obter licença, você não pode por que acontece o seguinte."Presidente: ""Não pode comodar." Luiz Henrique Passos: "" Muitas pessoas pegam o taque e começa a trabalhar, depois passa o taque chega um promotor é diz:esse pessoal não está, está enrolando entendeu, porque a coisa mais legal que tem e você chegar...eu vou para você a coisa que mais dói é ter que sair numa operação obrigado, por que tem um pessoal que tá...a maioria existe clandestinidade por todo em qualquer canto, ai você sai e chega lá,você vê um monte de trabalhador, que está ali tirando o seu dinheiro, que não tem noção nenhuma das leis que está com a marreta la quebrando a pedra, você tem que chegar parar o cara, se estiver com policia capaz de conduzir ele para uma prisão essa coisa toda, é a pior coisa que tem, a melhor coisa que tem e na que você chega, você tem documento ou coisa assim o cara levanta uma guia assim, e a melhor coisa que tem é uma satisfação para gente, entendeu e que agente vê isso,você ter uma portaria de lavra é outra coisa,nossas sanções são completamente diferentes,agente não tem que paralisar,não que criminalizar,não trem que aprender ninguém. Quando tem isso ai agente vai fazer...olha se tá com o talude errado,se tem que corrigir você não pode fazer assim, você tem que corrigir assim,assado,ai vem um outro tipo de sanção vem uma multa que é pagável, não é aquelas multas que são impagáveis, então o quê que eu estou querendo dizer para vocês, existe caminhos esses caminhos são factíveis, vocês precisam se organizar, já esta bem organizado parece, vocês estão muito bem represento aqui pelo...a conversa que tive anteriormente sensibilizar o Ministério Público, sensibilizar a Policia Federal, eu acho que era importante assim, eu gostaria que estivesse aqui o...vários representantes, grandes representantes, queria que estivesse o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente, o chefe do Ministério Público Federal, estivesse aqui mesmo para perceber, que existe grandes equivoocas na aplicação na lei do Brasil,e a gente precisa corrigir. Isso não é um problema desse governo não é problema do governo passado e nem será do futuro, nos da sociedade agente precisa construir uma alternativa melhor para que isso aconteça, e é isso agora estou aberto para perguntas, espero que isso caminhe vou levar esse assunto ao chefe do distrito que é o Sérgio Damas, vou colocar a par meus colegas gostam muito das interpretações que eu levo e a gente vai discutir isso internamente lá. Esse assunto precisa ser tratado numa esfera até complexa lá em Brasília para resolver, a gente não pode, isso não pode acontecer, a gente chegar parar e tomar e acabar...agente precisa buscar alternativas para construir uma situação melhor, mas agora quero que vocês todos entendam que o que esta acontecendo e uma ilegalidade e a gente precisa como a gente de estado, a gente precisa defender isso e eu hoje sou um a gente do estado Brasileiro concursado, estou representado vocês, no mesmo direito que estou representado aquele bebê que está nascendo que é proprietário do solo do subsolo Brasileiro que está morrendo também,então é isso que a gente tem que entender, espero que vocês consigam caminhar o DNPM está aberto para essa conversa, nos vamos estar lá, Ivan vai estar sabendo o chefe do distrito e outros vão ficar sabendo disso e o que a gente poder para acelerar é só vocês entrarem com o pedido,e colocar lá para o chefe do distrito que a gente vai tentar fazer o máximo possível." Presidente: ""Foi o que ele falou só o taque, foi o que ele falou só o taque." Luiz Henrique Passos: ""A outra via, já vou responder é o licenciamento você não tem como fugir. Não você vai ter que entrar, aqui é Supram, aqui é bacia do rio das velhas, então você tem entrar na Supram e pedir para sair os licenciamentos, você tem procurar...olha vou falar pra vocês, está difícil procura a Secretaria de Estado, procura o Secretário do estado de Minas Gerais, o presidente da supram que é regional se não der vai tentando, vocês tem que buscar esse caminho para poder acelerar para poder ver o quê que está faltando, vocês precisam entrar com documentação. Assim você pode ter as vezes consultoria, não sei como que pode reagir dentro da Supram, a Supram pode pedir um estudo EIA rima, esse estudo é caro. O EIA é o estudo de impacto ambiental o rima é o relatório desse EIA, desse estudo, na verdade é quase que o mesmo estudo, isso pode ser feito por um profissional o cara cobrar caro,se vocês não tiver...eu colocaria o apoio da secretaria de meio ambiente o DI que tem o apoio da UFOP, apoio da Secretaria de Meio Ambiente, tem técnico, tem engenheiro florestal, tem geólogo, tem outras pessoas que podem estar agilizando esse tipo de documentação sem custo para a cooperativa, tem o apoio da câmara, eu acho que o caminho esta andando. Agora uma coisa vocês tem que entender isso é praxe no DNPM, agora passou a ser... a gente também está aprendendo, a gente não sabia

como vocês desconheciam tanto essa lei, agora que estou aprendendo são só quatro anos que estou lá, acho que se eu passar mais dez anos vou ter muita coisa para aprender, muita coisa vai mudar. É que tirar pedra e vender sem a permissão é crime, esse crime já foi configurado entende muita coisa vai ser resolvida na justiça, mas nada impede de vocês voltarem a trabalhar, isso vai ficar a cargo deles, se eles estão defendendo vocês, eles vão arrumar uma melhor maneira de defender vocês, vão lá vão negociar com Ministério Público com Juiz, vai mostrar a dificuldade da comunidade questão de subsistência, isso vai caminhar para uma solução e tomara que...peço a Deus que seja a melhor solução para todos nos e para vocês, eu acho que vocês precisam de uma solução, e agora o outro caminho vocês tem que correr a atrás para voltar a regularizar, isso não serve só para essa cooperativa que está com esse problema mas como as outras também, então vocês tem que buscar esse caminho da regularidade entende, vocês tem que sentar buscar os promotores de bom senso explicar a situação para eles." Presidente: "" É por que Marcelinho não está falando no microfone e não está gravando e só um tempinho para a gente abrir as perguntas por que o Roninho queria falar um pouco sobre Licença Ambiental, por que aí pode ser que agente responda sua pergunta nessa questão, já temos alguns encaminhamentos feito pelo Luiz Henrique Passos vamos passar a palavra para o Doutor Roninho." Roninho: "" É só acertar alguns questões em dois mil e nove a cooperativa foram na FEAM foram recebidos pelo vice presidente da FEAM, eu acompanhei na proposta de fazer esse taque e ouve um entendimento Doutor Gastão que era vice presidente naquela época se prontificou, e o processo parou não ouve uma manifestação formal da FEAM, por que que o processo parou, mas o processo parou por que o próprio Ministério Público mandou uma notificação para o Sistema de Meio Ambiente Estadual para FEAM dizendo que não poderia ser realizado o taque mais pela FEAM, normalmente era feito pela FEAM vários procedimentos, eu citei vizinho de vocês o próprio Maurício Novais chegou a celebrar o taque, e ele também nessa blitz da Policia Federal ele inclusive foi detido." Presidente: "" Preso." Roninho: "" Preso então o motivo é esse o próprio Ministério, e o Ministério informou a FEAM que a única instituição que poderia celebrar o taque é o Ministério Público ou Federal, então o caminho nosso por que já foi feito esse caminho junto com a FEAM não avançou por causa disso, então o caminho mesmo é celebrar o taque junto com o Ministério Público a outra coisa que o Luiz Henrique falou com maestria por que é isso mesmo, não se faz um taque sem se avançar com o licenciamento, o taque no processo do taque vai se condicionar os passos do taque e esse licenciamento precisa desenvolver um estudo ele também colocou, até tem um erro no próprio DNPM, nos estamos acompanhando do próprio Maurício Novais, eles pedem uma manifestação em relação a área do Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas, considerando que está dentro dos limites mas o Taquaral não está, aí o gerente manifesta dizendo que está fora, eu fui gerente da ata e já fiz manifestações no passado nesse sentido lá para o do Maurício Novais, então está fora da ata das Andorinhas mas tem que ter essa declaração e tem que ter uma declaração uma anuência do Parque Estadual do Itacolomi, essa anuência o Maurício Novais acabou de aprovar uma, não é tão complexo ele acabou de aprovar uma manifestação do Itacolomi, recebeu a declaração da ata das Andorinhas eu a intervir, orientei o atual gerente para fazer essa declaração e recebeu esse do Itacolomi que agente acompanhou isso de perto, estou citando o caso lá do Maurício Novais, e por estar no entorno do Itacolomi é isso mesmo precisa convocar o licenciamento, não pode fazer um sistema de licenciamento mas simplificado que é ordem de funcionamento, no porte provavelmente deve cair em classe três, classe três tem um estudo são estudos mais simplificados que o EIA que o Rima mas são estudos Ambientais, já tivemos uma reunião a pouco tempo nos conversamos isso é preciso ter um consultor para isso, isso custa como também custa fazer o pagamento das taxas la de licenciamento, esse consultor que agente teve entendimento naquela época e que tivesse, buscasse uma parceria com a universidade, o André me falou aqui que esteve recentemente com o reitor e o reitor já se prontificou a isso, então já está dado o passo, não então você complementa mas é necessário por que se não o cooperativa teria que pagar um consultor, eu não hoje quanto que custa um licenciamento, provavelmente não fica barato nesse porte, com certeza seria mais difícil para vocês pela crise que está, mas esse é o passo e eu que é bem factível, eu expliquei muito agente tem técnicos na secretária mas eu não posso exercer esse tipo de atividade, eu posso ir la secretaria ceder um técnico para fazer um licenciamento para uma empresa mesmo para uma cooperativa uma iniciativa privada, por que a função desses técnicos não é essa. Mas a universidade pode por que seria um trabalho de apoio as questões locais, o professor assinaria como responsável técnico e os alunos aprenderiam a fazer licenciamento técnico e eles estão inclusive se capacitando para esse exercer tipo de atividade como

consultores no futuro depois de formados, então esse é o caminho até a vantagem por ser classe três é um estudo mais simplificado. A Secretária o tempo todo que agente pode dar é apoio para comandar e fazer esses passos, a qualquer momento que quiser fazer uma reunião com nossos técnicos agente pode ajudar no fazer os mapas, levantar imagens de satélites disponibilizar informações, mas isso deve ser feito pelos alunos e pelo professor e agente tem subsidiado muito, eu estou dando o exemplo do Maurício Novais o que ele precisa nos estamos dando o apoio...e é iniciativa privada não nem uma cooperativa imagina vocês o quê que agente não pode estar fazendo, mas o caminho é esse mesmo se precisa celebrar um taque estadual isso resolve a questão da demanda do Ministério público que eu acho que não vai resolver, tem que ser um taque estadual para caminhar com o licenciamento no Âmbito do estado e talvez tenha que fazer um acordo com o DNPM ou chamar para um taque compartilhado entre Ministério Público Federal e DNPM." Luiz Henrique Passos: "" Eu acho que o que esta pegando é a parte ambiental, a parte ambiental Ouro Preto está aqui na bacia do Rio das Velhas ou no Paraopeba, não sei se aqui é veles é cabe resolver essa questão de licenciamento no estado mais isso não impede de colocar o Ministério Público Federal no Meio também por que depois entra o DNPM e é uma esfera Federal. Então o quê que eu acho eu dentro da minha opinião, para o negocio ficar bem feito tem que procurar as pessoas de bom senso do Ministério Público Federal, sentar com as pessoas de bom senso do Ministério Público Federal e costurar, porque é melhor fazer um negócio...é a caso eu vou construir a casa em cima do brejo ou eu vou construir a casa em cima da rocha sólida, eu acho melhor assim vamos fazer uma coisa bem feita pronto o dia que sair a portaria está tudo calçado está tudo direitinho, está funcionando agora ninguém toma de vocês, vocês vão produzir a pedra pagar o seu CEFEM que é a parte do governo, que na verdade é o quinto que usava do ouro, então vocês vão ter que fazer isso e vão vender essa pedra e todo satisfeito trabalhando ambientalmente responsável, tudo direitinho." Presidente: "" André quer comentar." André: "" Bom eu queria só complementar os passos que nos já demos, com relação a essa documentação que é necessária, como agente cai na classe Três nos vamos precisar do PCA e do RCA, já contratamos o corpo técnico para fazer isso já está sendo estudado." Presidente: "" PCA e RCA." André: "" PCA o RCA já está sendo estudado isso, já protocolei o pedido da anuência junto a o Parque Itacolomi também e consegui um apoio o Reitor da Universidade Federal no seguinte sistema ele se prontificou a fazer uma reunião entre os professores voltados para essa área, para ser feito um grande projeto no Taquaral, como seria feito esse projeto no rejeito das pedreiras no aproveitamento para construção de casas populares, então o que ele conversou comigo que seria feito um grande projeto ali voltado para a sociedade onde englobaria também a saúde por que nos temos o alcoolismo muito grande entre os trabalhadores seria feito isso também, então a universidade vai fazer isso, vai fazer um projeto e vai nos entregar esse projeto para agente dar uma ação nele em conjunto com a Prefeitura Municipal de Ouro preto e quem sabe também a Prefeitura de Mariana. Então estamos caminhando sim preocupando com o lado ambiental sim, logico que nos não queremos destruir nossa casa, igual o Doutor Flaicson disse ali pela foto do satélite está lá para todo mundo ver, tem uma planta que já foi feita, já colocamos nessa planta onde vai ser a pedreira que vai acontecer a extração onde vai ser a área de rejeito, já está tudo isso em planta tudo documentado eu acho que agente já está bem orientado sobre isso, sobre Meio Ambiente e queremos sim tomar conta do meio ambiente é nossa casa nos precisamos do meio ambiente, e queremos trabalhar dentro da lei é isso que eu queria colocar muito obrigado." Presidente: "" É por que esse estudo de impacto ambiental tem que ter um responsável técnico, então já tem um contratado ou a universidade quer ceder um professor, você contratou uma empresa ou um profissional, entendi tá, então tem umas propostas de encaminhamentos aqui, vamos dar oportunidades para os demais da mesa, para os vereadores, depois agente oportunidade para o público entrar na parte de deliberações, Marcelinho tem... com a palavra por favor Marcelino com a palavra." Marcelino: "" Em nível de esclarecimento eu gostaria de perguntar diretamente para o DNPM duas questões, embora eu como presidente da associação fui parado pela Polícia Florestal quando eu quia saber por que nos está